

Juventude rural no agronegócio globalizado: permanência e disputas de futuro em Buriti-MA

Rural youth in globalized agribusiness: permanence and contested
futures in Buriti-MA

Anna Karoline da Silva Nascimento

Mestre em Sociedade e Cultura
Universidade Estadual do Piauí (UESPI)
akarolinedasn@aluno.uespi.br

Cristina Costa da Rocha

Doutora em História Social
Universidade Federal Fluminense (UFF)
cristianarocha@cchl.uespi.br

Recebido: 02/08/2026

Aprovado: 21/09/2026

Resumo: Este artigo discute os efeitos da expansão do agronegócio globalizado da soja sobre trabalho, escolarização, mobilidade e permanência da juventude rural em Buriti, Maranhão. Com base em pesquisa qualitativa fundamentada na História Oral, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e desenvolvida por meio de trabalho de campo realizado entre 2023 e 2025, analisam-se duas narrativas intergeracionais em diálogo com bibliografia especializada, documentos oficiais e dados estatísticos. Argumenta-se que essa expansão reorganiza oportunidades e projetos de vida. As narrativas evidenciam mobilidade laboral sem ascensão social garantida, usos disputados da formação técnica, custos educacionais do trabalho precoce e sucessão rural não automática. Conclui-se que as disputas de futuro dependem de alternativas materiais e institucionais que ampliem as escolhas das novas gerações.

Palavras-chave: Juventude rural; Agronegócio; Permanência no campo.

Abstract: This article examines the effects of the expansion of globalized soybean agribusiness on work, schooling, mobility, and rural youths' ability to remain in rural areas in Buriti, Maranhão. Drawing on qualitative research grounded in Oral History, approved by a Research Ethics Committee and conducted through fieldwork between 2023 and 2025, it analyzes two narratives from members of different generations alongside relevant scholarship, official documents, and statistical data. It argues that this expansion reshapes opportunities and life projects. The narratives reveal labor mobility without guaranteed upward social mobility, contested uses of technical training, the educational costs of entering the workforce at an early age, and the fact that rural succession is not automatic. The article concludes that struggles over the future depend on material and institutional alternatives that broaden the choices available to younger generations.

Keywords: Rural youth; Agribusiness; Rural permanence.

Introdução

A globalização, como advertiu Milton Santos (2001), não se realiza apenas como ampliação de conexões, circulação de mercadorias, integração técnica ou promessa de progresso. Ela também se apresenta como fábula, quando constrói a imagem de um mundo integrado e supostamente aberto a todos; como perversidade, quando aprofunda desigualdades e subordina lugares, sujeitos e territórios aos imperativos do mercado; e ainda como possibilidade, quando permite imaginar outros usos das bases técnicas do período atual, orientados por fundamentos sociais e políticos distintos daqueles impostos pela racionalidade mercantil.

Essa formulação é particularmente relevante para pensar os territórios rurais atravessados pela expansão contemporânea do agronegócio¹, entendendo território não apenas como localização geográfica ou base física da produção, mas como construção social atravessada por usos, pertencimentos, conflitos e formas de defesa coletiva. Essa leitura dialoga com Almeida (2009), para quem a territorialidade, em contextos camponeses de uso comum, funciona como fator de identificação, defesa e força, articulando normas sociais, laços de solidariedade e relações coletivas com a terra. Assim, quando a produção de *commodities* se expande sobre esses espaços, não transforma apenas a paisagem produtiva, mas também incide sobre modos de vida, vínculos comunitários, relações de poder e possibilidades de permanência. Ao contrário de se traduzir automaticamente em melhoria das condições de vida das populações locais, a modernização agrícola pode produzir novas formas de dependência, precarização do trabalho, reconfiguração das paisagens e fragilização dos vínculos comunitários, incidindo também sobre as possibilidades de permanência, escolarização e construção de projetos de futuro entre as novas gerações rurais.

No Baixo Parnaíba Maranhense, especialmente na microrregião de Chapadinha, a expansão da soja se insere nesse processo mais amplo de mundialização seletiva de espaços rurais e formas de

¹ Reconhece-se que o agronegócio não constitui um bloco homogêneo, e não pode ser compreendido como realidade única e invariável. Trata-se de um campo diverso, historicamente adaptável e composto por diferentes agentes, escalas, culturas produtivas, formas de organização econômica e estratégias de legitimação. Neste artigo, o uso do termo refere-se especificamente ao agronegócio de *commodities* agrícolas, com destaque para a soja, em razão de sua centralidade na expansão recente da fronteira agrícola na microrregião de Chapadinha e de seus efeitos sobre os territórios rurais analisados.

vida camponesas. Desde os anos 2000, a região passou a ser apresentada como nova fronteira de produção de grãos (Gaúchos, 2002), processo acompanhado pela chegada de produtores de outras regiões do país e pela ampliação do cultivo mecanizado nas áreas de chapada (Gaspar, 2010; 2018). Entretanto, essa narrativa de oportunidade, produtividade e desenvolvimento tende a ocultar os efeitos concretos da expansão agrícola sobre comunidades rurais que já habitavam, trabalhavam e produziam sentidos nesses espaços (Nascimento, 2026). É nesse quadro regional que se situa Buriti (MA), município cuja realidade rural permite observar como o avanço do agronegócio incide também sobre os projetos de futuro das populações que permanecem no campo.

Essa articulação entre processos globais e experiências locais pode ser adensada a partir de Davis (2002), para quem as fomes e crises rurais do fim do século XIX não podem ser compreendidas como resultado de sociedades isoladas ou atrasadas, mas como efeito da incorporação violenta de populações rurais às estruturas econômicas e políticas do capitalismo liberal e do imperialismo. Ao analisar diferentes contextos coloniais, o autor discute que a expansão dos mercados mundiais e das economias de exportação frequentemente se combinou ao empobrecimento rural, à perda de garantias alimentares e à subordinação de camponeses a decisões tomadas fora de seus territórios. No caso de Buriti, essa chave não é mobilizada por analogia direta, mas como referência para pensar como a produção global de *commodities* participa de uma dinâmica mais ampla de integração subordinada de territórios rurais a circuitos econômicos externos.

Esse recorte local ganha maior densidade quando observado à luz da composição sociodemográfica do município de Buriti. Segundo dados do IBGE, no Censo 2022, o município possuía 29.685 habitantes, dos quais 19.795 residiam em situação rural e 9.890 em situação urbana, o que corresponde, respectivamente, a 66,7% e 33,3% da população municipal. Assim, discutir juventude rural em Buriti não significa tratar de um segmento residual ou periférico da vida social local, mas de uma dimensão estruturante do próprio município. A distribuição etária informada pelo IBGE também evidencia a presença expressiva das faixas jovens, especialmente entre 15 e 29 anos (13,98%), reforçando a pertinência de analisar como trabalho, escolarização, mobilidade e permanência se articulam na produção dos horizontes de futuro no campo.

É nesse ponto que a juventude rural se torna uma chave analítica importante. Longe de constituir um grupo homogêneo, os jovens rurais devem ser compreendidos em sua diversidade social, territorial, cultural e política. Os estudos sobre juventudes rurais no Brasil têm mostrado que

essa condição juvenil não pode ser reduzida nem à passagem para a vida adulta, nem ao problema da migração campo-cidade. Guaraná de Castro (2009), por exemplo, chama atenção para a necessidade de analisar a juventude rural como categoria social complexa, atravessada por processos de exclusão, formas de autorrepresentação, práticas políticas e disputas por reconhecimento. Na mesma direção, Troian e Breitenbach (2018) observam que a produção brasileira sobre jovens rurais tem se concentrado em temas como sucessão rural, migração, permanência, trabalho e definição da própria categoria juventude. Desse modo, reduzir os jovens do campo à alternativa entre “ficar” ou “sair” empobrece a análise, pois a permanência não depende apenas da vontade individual dos sujeitos. Permanecer no campo envolve acesso a condições sociais, econômicas e políticas capazes de sustentar projetos de futuro, como indicam Valadares *et al.* (2016). Isto é, pensar juventude rural em territórios atravessados pelo agronegócio exige observar não apenas os deslocamentos dos jovens, mas também as condições sociais, econômicas, culturais e políticas que tornam possível, ou inviável, projetar a vida nesses territórios.

Essa questão ganha relevância ainda maior em um contexto no qual a juventude rural passou a ocupar espaço mais explícito na agenda pública brasileira. A instituição da Política Nacional de Juventude e Sucessão Rural, por meio da Lei nº 15.178/2025, expressa o reconhecimento de que as juventudes do campo, das florestas e das águas possuem demandas específicas e que a sucessão rural não pode ser tratada apenas como continuidade familiar da produção agrícola (Brasil, 2025). Trata-se de uma questão social, territorial e geracional, que envolve direitos, políticas públicas, condições de vida, trabalho, educação, cultura, sustentabilidade e permanência. Esse reconhecimento institucional, entretanto, não elimina as contradições vividas nos territórios. Ao contrário, ajuda a evidenciar que a permanência juvenil no campo não é um dado natural, mas uma possibilidade continuamente tensionada por desigualdades históricas e por processos recentes de expansão econômica.

Os dados nacionais sobre juventude ajudam a situar a complexidade desse debate. Segundo a PNAD Contínua Educação, em 2023 havia, no Brasil, 48,5 milhões de pessoas de 15 a 29 anos; desse total, 19,8% não estavam ocupadas nem estudando, enquanto 39,4% estavam ocupadas e não estudavam (IBGE, 2024). Ainda que esses números não se refiram especificamente à juventude rural de Buriti (MA), pensados em um jogo de escalas, eles evidenciam a centralidade da relação entre estudo, trabalho e projetos de vida. Em territórios rurais atravessados pelo agronegócio, essa relação assume contornos próprios, pois escola, trabalho temporário, migração, permanência e recusa à subordinação passam a compor uma mesma disputa sobre o futuro.

Este artigo busca compreender, a partir de narrativas orais de sujeitos rurais de diferentes gerações, de que modo a expansão do agronegócio da soja, articulada a circuitos globais de produção e a discursos de progresso, incide sobre os horizontes de trabalho, escolarização, mobilidade e permanência da juventude rural em comunidades de Buriti (MA), município situado na microrregião de Chapadinha. A hipótese aqui desenvolvida é que o agronegócio não disputa apenas a terra e os recursos naturais; ele também disputa as possibilidades de futuro atribuídas aos jovens rurais e às novas gerações do campo, seja pela oferta de trabalhos temporários e subordinados, seja pela reorganização das paisagens e dos modos de vida, seja pela produção de uma narrativa segundo a qual o campo só teria futuro quando convertido à lógica empresarial da monocultura.

A reflexão se constrói a partir de pesquisa qualitativa, desenvolvida no âmbito de trabalho de campo realizado entre 2023 e 2025, com uso de narrativas orais, diálogo com bibliografia especializada e análise de fontes documentais e estatísticas recentes. A História Oral é mobilizada aqui não apenas como técnica de registro de depoimentos, mas como procedimento capaz de apreender interpretações situadas sobre o vivido, considerando a entrevista como espaço de escuta, elaboração narrativa e produção compartilhada de sentidos. Nessa perspectiva, a memória, a experiência e a narrativa são dimensões constitutivas da forma como os sujeitos atribuem sentido ao território, ao trabalho e às transformações históricas que atravessam suas vidas (Portelli, 1997; 2010; Delgado, 2003; Hermeto; Santhiago, 2022). Desse modo, as falas analisadas não são tomadas como ilustrações secundárias de processos previamente definidos, mas como narrativas que produzem conhecimento sobre as relações entre juventude rural, agronegócio, escolarização, mobilidade e permanência. A pesquisa da qual deriva este artigo foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), observando-se os procedimentos éticos relativos à produção e ao uso das narrativas orais.

No recorte deste artigo, a narrativa de Edivan, 52 anos, lavrador de origem e tecnólogo em Alimentos, vinculado à comunidade rural/assentamento Belém, constitui a principal entrada empírica para discutir avaliações geracionais sobre escolarização e participação comunitária, mobilidade laboral e usos sociais da formação técnica. Já a narrativa de Stênio, 37 anos, lavrador residente na comunidade Areia, permite analisar os custos educacionais da entrada precoce no trabalho, as condições materiais de organização da vida no campo, o reconhecimento da profissão de lavrador e as expectativas familiares relacionadas à sucessão rural. Para preservar sua identidade, Stênio é

apresentado por meio de pseudônimo. O Sr. Edivan, por sua vez, manifestou o desejo de ser identificado na pesquisa e autorizou a utilização de seu nome.

Essas narrativas não são tratadas como experiências isoladas, nem como exemplos representativos da juventude rural em sentido estatístico. Também não são mobilizadas como falas diretas de jovens entrevistados, mas como narrativas intergeracionais que permitem compreender como sujeitos rurais interpretam a presença, a formação, a circulação e o futuro das novas gerações no campo. Elas são compreendidas como entradas analíticas para acessar tensões mais amplas que atravessam juventude, ruralidade, trabalho, escolarização, mobilidade e permanência em territórios impactados pela fronteira agrícola. Como sugere a perspectiva micro-histórica discutida por Levi (2000) e Revel (1998), a atenção ao percurso singular não se opõe à análise do social; ao contrário, permite observar como experiências situadas revelam relações, tensões e jogos de escala que permaneceriam menos visíveis em abordagens de escala mais ampla.

Ao deslocar o olhar para a juventude rural, o artigo busca contribuir para os debates sobre cultura e poder em um mundo globalizado. A globalização do agronegócio não se expressa apenas em máquinas, grãos, exportações, insumos e tecnologias produtivas. Ela também atua sobre subjetividades, expectativas e regimes de visibilidade, definindo quais modos de vida são reconhecidos como modernos, produtivos e desejáveis, e quais passam a ser tratados como atrasados, residuais ou inviáveis. Nesse sentido, pensar a juventude rural em comunidades na *hinterlândia* brasileira, como Buriti, situadas no Baixo Parnaíba Maranhense, permite observar como a disputa territorial é também uma disputa cultural e política sobre o futuro: entre a incorporação subordinada à economia das *commodities* e a defesa de formas de vida que insistem em permanecer no campo sem se reduzir à condição de força de trabalho do agronegócio.

Juventude rural, escolarização e recusa à subordinação ao agronegócio

A disputa produzida pelo avanço do agronegócio em comunidades rurais não se limita à apropriação da terra, à transformação da paisagem ou à imposição de novas dinâmicas produtivas. Ela também atravessa as condições sociais e simbólicas pelas quais as novas gerações passam a imaginar o trabalho, a escola, a mobilidade e o próprio futuro no campo. Em territórios marcados pela expansão da monocultura, a juventude rural se vê diante de possibilidades contraditórias: de um lado, a promessa de renda imediata, ainda que vinculada a formas temporárias e subordinadas de

trabalho; de outro, a permanência no território como projeto que exige condições materiais, formação crítica, vínculo comunitário e recusa à naturalização do agronegócio como único horizonte possível.

Os dados municipais de instrução ajudam a dimensionar essa tensão sem reduzi-la a escolhas individuais dos jovens. No painel do IBGE, segundo o Censo de 2022, o grupo “sem instrução e fundamental incompleto” reúne 10.438 pessoas em Buriti, número superior aos demais níveis de instrução informados: 3.481 pessoas com fundamental completo e médio incompleto, 4.412 com médio completo e superior incompleto, e 668 com superior completo (IBGE, 2022). Esses dados não explicam diretamente as trajetórias juvenis analisadas, nem autorizam generalizações sobre a juventude rural do município; contudo, indicam um contexto histórico de acesso desigual à escolarização, diante do qual a escola, o trabalho e a permanência no campo precisam ser pensados como dimensões articuladas. Nesse sentido, a escala municipal não é tomada como realidade isolada, mas como ponto de observação de desigualdades que atravessam a experiência escolar e territorial dos jovens rurais em Buriti.

À luz desse contexto municipal de desigualdade educacional, a narrativa a seguir de Edivan (2025), da comunidade rural e assentamento Belém, em Buriti, permite observar essa questão de modo particular. Ao comentar a presença numerosa de jovens no Belém, o interlocutor não oferece apenas uma descrição da juventude local, mas constrói uma avaliação geracional sobre o lugar ocupado pelos jovens na vida coletiva e sobre as expectativas de participação que recaem sobre eles.

A comparação construída por Edivan (2025) entre sua trajetória escolar e a situação atual dos jovens deve ser compreendida, antes de tudo, como uma avaliação geracional. Ao recordar o deslocamento noturno de bicicleta e contrapô-lo à existência de escola na comunidade, o interlocutor não oferece uma medida objetiva do interesse juvenil, mas formula expectativas sobre o lugar que a escolarização deveria ocupar na reprodução política e social do Belém. Sua narrativa permite, assim, observar não somente os jovens, mas também os sentidos atribuídos a eles por uma geração envolvida historicamente na defesa do território:

Nós temos muitos jovens no Belém, é uma comunidade de muitos jovens se você for em qualquer lugar, se você for naquele bar bem ali você vai ver que tem muitos jovens. Aí você vai ver como é que eles estão lá né (risos) [...] [eu] ia de bicicleta pro Buriti, ia e vinha de noite inclusive. Mas fiz né. E aqui o pessoal tem na porta, então não faz, então o engajamento das pessoas da juventude na luta, na defesa do território, nos espaços, não tem, porquê? Só você ver, o lado que tem a maioria que

é dominada pelo agronegócio, os pais são ignorantes e os filhos dobra a ignorância né? A tal ponto de a pessoa tá com o mundo de terra do tamanho do Belém e se torna peão do agronegócio. [...] (Edivan, 2025, comunidade Belém).

A fala reúne presença juvenil, acesso escolar e participação comunitária, mas essas dimensões não se relacionam de forma automática. A proximidade física da escola não informa, por si só, as condições em que os jovens estudam, trabalham, circulam e constroem suas expectativas. Também não permite concluir que a ausência nos espaços de organização seja resultado apenas de desinteresse. O contraste elaborado pelo interlocutor revela, sobretudo, uma tensão entre as expectativas de continuidade formuladas pela geração adulta e as experiências concretas das novas gerações.

Nesse sentido, a contribuição de Guaraná de Castro (2009, p. 182-183) ajuda a evitar que a avaliação do interlocutor se converta em diagnóstico generalizante sobre a juventude. A imagem do jovem rural desinteressado pode ocultar sua condição de sujeito social, bem como os limites materiais e políticos que restringem sua participação. Em vez de confirmar uma suposta apatia juvenil, a narrativa torna visível uma disputa intergeracional sobre o significado de estudar, participar e permanecer no campo.

A leitura documental do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural (PNJSR) reforça essa compreensão ao reconhecer que as juventudes do campo, das águas e das florestas são atravessadas por desigualdades históricas relacionadas ao acesso limitado à educação, trabalho, renda, mobilidade, conectividade, serviços públicos e terra, ao mesmo tempo em que possuem centralidade na reprodução social, produtiva e cultural das comunidades rurais (Brasil, 2025, p. 4). O documento permite, portanto, deslocar a questão do comportamento individual para as mediações que aproximam ou afastam os jovens da vida coletiva: condições de trabalho e renda, acesso à terra, mobilidade, reconhecimento e existência de espaços efetivos de participação.

É nesse ponto que o trabalho temporário aparece como uma das mediações pelas quais o agronegócio alcança os jovens. Na narrativa de Edivan (2025), a incorporação juvenil ao setor não ocorre apenas pela proximidade das lavouras de soja em Buriti, mas também pela circulação para outras frentes produtivas, em diferentes estados. A chamada “turma de pendão” aparece como uma forma sazonal de mobilidade laboral, vinculada à busca por renda e à circulação entre diferentes áreas de produção agrícola. Ao mencionar os horários, a exposição ao veneno e a participação de

mulheres, o interlocutor aproxima a escala global das *commodities* das condições concretas em que esse trabalho é realizado:

[...] A juventude não tem engajamento, é a tal ponto de se tornar dependente de fazer festa de turma de pendão de milho, que vão pra lá é mergulhado no veneno, que lá os cara entram quatro horas da manhã numa baqueta de milho, que ele chama que eu nem conheço isso, mas eu ouço né. Então incluindo já indo mulher. Então as pessoa acha que por mais que tem gente com conflito com agronegócio aqui, mas ele sai daqui vai ser peão do agronegócio no Minas Gerais, na Bahia, Mato Grosso, é o mesmo satanás. A Bíblia diz que o que tá ligado no céu, está ligado na terra. O agronegócio daqui é agronegócio aqui e na China. Com as mesmas práticas malignas, não tem diferença [...] (Edivan, 2025, comunidade Belém).

Ao aproximar Buriti, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso e até a China, Edivan (2025) constrói uma geografia moral do agronegócio. A equivalência não significa que esses espaços sejam economicamente ou socialmente idênticos, mas que, na avaliação do interlocutor, a mudança de lugar não modifica necessariamente a posição ocupada pelos trabalhadores jovens. Eles se deslocam por diferentes regiões, porém continuam inseridos em atividades temporárias, expostas e subordinadas dentro das cadeias de produção de *commodities*.

A narrativa permite distinguir, assim, mobilidade geográfica e mobilidade social. Sair da comunidade amplia os espaços percorridos e pode produzir renda imediata, mas não garante qualificação, estabilidade, proteção ou maior controle sobre o próprio trabalho. Assim, a “turma de pendão” evidencia uma circulação juvenil impulsionada menos pela livre escolha entre oportunidades equivalentes do que pela necessidade de alcançar frentes temporárias de contratação.

Essa percepção dialoga com o diagnóstico do PNJSR (2025), segundo o qual muitos jovens rurais vivem em fluxo constante entre campo e cidade, deslocando-se em busca de trabalho ou estudo, mas mantendo vínculos afetivos, culturais e produtivos com suas comunidades de origem. O relatório também aponta um cenário de precarização marcado por informalidade, subutilização da força de trabalho e acesso limitado a empregos formais (Brasil, 2025, p. 8). No caso narrado por Edivan (2025), esse deslocamento não se apresenta como mobilidade livre: ele é atravessado pela necessidade de renda e pela capacidade do agronegócio de absorver trabalhadores jovens em atividades temporárias e subordinadas.

A relação entre mobilidade e trabalho também pode ser compreendida a partir da distinção estabelecida por Ploeg (2006) entre os modos de produção camponês e empresarial. Enquanto o

primeiro procura preservar maior controle sobre sua base de recursos e mantém maior centralidade do trabalho e dos conhecimentos dos produtores, além da continuidade entre passado, presente e futuro, o segundo se caracteriza por maior dependência dos mercados, pela mercantilização dos fatores de produção e pelo uso de tecnologias voltadas à ampliação da escala produtiva (Ploeg, 2006, p. 30). Essa distinção ajuda a compreender a situação narrada por Edivan (2025): jovens que permanecem vinculados às suas comunidades podem ser incorporados às cadeias do agronegócio sobretudo como força de trabalho, deslocando-se entre diferentes regiões sem, necessariamente, ampliar seu controle sobre os recursos e as condições de seu próprio trabalho.

Essa circulação pode ser aproximada da discussão de Santos (2001, p. 88-89) sobre a agricultura científica globalizada, marcada pela exigência de ciência, técnica, informação, competitividade e obediência a racionalidades mercantis que ultrapassam os lugares. No caso narrado pelo interlocutor, a circulação de jovens para frentes agrícolas em outros estados revela como essa racionalidade não reorganiza apenas a produção, mas também deslocamentos, expectativas de renda e formas de inserção laboral. É nesse ponto que a análise de Lerrer (2020) ajuda a tensionar a imagem pública do setor. Ao estudar a trajetória da revista *Agroanalysis* entre 1994 e 2004, a autora demonstra que a afirmação do termo “agronegócio” esteve ligada a um trabalho coletivo de consagração de seus agentes e de construção de uma imagem associada à modernização, eficiência econômica, competitividade, domínio tecnológico e produtividade (Lerrer, 2020, p. 273-275).

O contraste com essa imagem pública aparece quando o setor é observado a partir do trabalho temporário narrado por Edivan (2025). Nesse enquadramento, a “turma de pendão” evidencia que a modernização produtiva também depende de deslocamentos, jornadas e riscos pouco visíveis nas representações consagradoras do agronegócio. Nesse contexto de expansão e de suas implicações para o mundo do trabalho rural, a promessa de modernidade muitas vezes oculta o que Botelho (2017) aponta como o “fetichismo da proletarização na agricultura”. A penetração do capital nas frentes agrícolas não se traduz na formação de uma classe assalariada rural estável e amparada por direitos laborais. Ao invés disso, o processo desestrutura os modos de vida camponeses e empurra esses sujeitos para uma sazonalidade precária. A fetichização ocorre justamente porque o discurso de desenvolvimento cria uma ilusão que encobre a realidade da acumulação capitalista no campo: um regime que se sustenta na vulnerabilidade do trabalhador rural e em uma exploração disfarçada pelo assalariamento formal (Botelho, 2017).

Esse movimento de sujeição e precarização se conecta diretamente com as particularidades da formação do proletariado rural no capitalismo dependente brasileiro. Como analisam Almeida e Bezerra (2018), a histórica separação entre o trabalhador e a propriedade da terra se reconfigura na contemporaneidade pela subordinação do trabalho agrícola às exigências da indústria e do capital transnacional, dissolvendo formas tradicionais de reprodução camponesa e mantendo uma constante superpopulação relativa no campo. Para as novas gerações rurais, esse processo de proletarianização se traduz de forma perversa operada por mecanismos renovados de concentração e acumulação (Sassen, 2016), já que diante a possibilidade de bloqueio ao acesso à terra e às economias de subsistência, a juventude é continuamente empurrada para o assalariamento temporário no agronegócio ou compelida ao êxodo, convertendo-se em força de trabalho vulnerável pelas cadeias produtivas agroindustriais.

Contudo, essa relação entre trabalho rural e proletarianização precisa ser compreendida sem pressupor que toda inserção dos sujeitos rurais em atividades externas à propriedade resulte necessariamente no abandono do campo. Sergio Schneider (2009) demonstra, a partir de seus estudos sobre a agricultura familiar, que a expansão de atividades não agrícolas pode produzir diferentes formas de articulação entre o trabalho familiar e o mercado de trabalho. Em determinadas situações, a inserção de membros das famílias rurais, especialmente dos mais jovens, em atividades industriais amplia as fontes de renda e modifica a organização do trabalho sem romper, necessariamente, os vínculos com a propriedade e com a vida rural. O autor identifica, inclusive, experiências nas quais a combinação entre agricultura e trabalho não agrícola contribuiu para novas formas de reprodução social e econômica das famílias, contrariando uma leitura segundo a qual a saída dos jovens para atividades externas conduziria inevitavelmente à proletarianização e ao abandono do campo (Schneider, 2009, p. 162-164).

Mesmo em uma comunidade atravessada por conflitos com o agronegócio, parte dos jovens é levada a buscar renda em atividades vinculadas ao próprio setor que ameaça as condições de permanência no território. A contradição está justamente aí: aquilo que se apresenta como alternativa imediata de trabalho pode reforçar a dependência em relação ao modelo produtivo que fragiliza a vida comunitária. A declaração seguinte de Edivan (2025) permite deslocar a análise da recusa como gesto estritamente individual para as condições que tornam possível escolher os usos da própria formação. Sua trajetória profissional introduz uma questão relevante para a juventude rural: quem dispõe de condições materiais e sociais para rejeitar determinados destinos ocupacionais?

Eu não vou ser peão do agronegócio nunca na minha vida. Nem como profissional, que eu sou profissional, né? Eu tenho a profissão de técnico, tecnólogo em alimento, sou geomissor, eu tenho geomensura de topografia, mas eu não trabalho um dia pra um agronegócio. De jeito nenhum. Mas não tem dinheiro deles pra me pagar (Edivan, 2025, comunidade Belém).

Para a discussão sobre juventude rural, a importância dessa declaração está menos em apresentá-la como modelo individual de resistência do que em demonstrar que a formação profissional pode sustentar projetos sociais distintos. O conhecimento técnico não possui destino previamente definido: pode ser mobilizado pelas cadeias empresariais do agronegócio, por iniciativas comunitárias, por políticas públicas, pela agricultura familiar ou por outras formas de organização produtiva. A fala de Edivan (2025) torna visível justamente essa disputa pelos usos sociais da qualificação.

Sua possibilidade de recusar também exige uma leitura cautelosa, já que nem todos os jovens dispõem das mesmas condições materiais, profissionais ou familiares para rejeitar uma oportunidade de renda vinculada ao setor. Por isso, a recusa individual não resolve o problema da inserção juvenil. Ela evidencia a necessidade de alternativas econômicas e institucionais que permitam aos jovens exercer escolhas sem que a permanência no campo dependa da aceitação de trabalhos temporários, precários ou incompatíveis com seus projetos.

O futuro disputado, portanto, não se resume à escolha entre trabalhar para o agronegócio ou abandonar o campo. A questão é quais condições permitem transformar estudo, formação técnica e trabalho em possibilidades plurais de vida. Ao declarar que sua qualificação não será empregada naquele setor, Edivan (2025) oferece um contraponto à ideia de que o agronegócio constitui o único destino moderno e profissionalmente viável para quem permanece nos territórios rurais.

Sair, voltar e permanecer: família, terra e projetos de vida no campo

Os percursos de sujeitos rurais entre o campo e outros espaços de trabalho dificilmente se organizam como uma escolha simples entre ficar e partir. Trabalho, escolarização, acesso à terra e projetos de vida se entrelaçam em trajetórias feitas de deslocamentos, interrupções e retornos. É nesse movimento que se insere a experiência de Stênio (2024), marcada pela entrada precoce no trabalho, pela circulação por diferentes municípios e estados, pela interrupção dos estudos e, posteriormente, pela compra de um terreno em sua comunidade.

A trajetória do interlocutor também permite problematizar a oposição entre trabalho agrícola e trabalho não agrícola como escolhas necessariamente excludentes. Schneider (2009) compreende a pluriatividade como uma das estratégias mobilizadas pelas famílias rurais para viabilizar sua reprodução social, em condições nas quais fatores internos, como a composição e o ciclo da família, articulam-se a pressões externas, entre elas as transformações econômicas e as oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho. Nessa perspectiva, a atividade realizada fora da propriedade pode assumir diferentes significados, podendo constituir fonte complementar de renda, alternativa diante das dificuldades da agricultura ou forma de reorganização do trabalho familiar. Em seus estudos, o autor observa que a combinação entre atividades agrícolas e não agrícolas pode integrar as formas pelas quais as famílias rurais organizam o trabalho e respondem às condições econômicas em que estão inseridas (Schneider, 2009, p. 190-194).

Mais do que opor saída e permanência, sua narrativa articula três momentos de um mesmo percurso: o deslocamento em busca de trabalho, as possibilidades interrompidas pela necessidade de produzir renda e a tentativa posterior de organizar uma atividade própria na terra. A distinção entre “viajar” e “ir embora” interessa, nesse recorte, não apenas como expressão de vínculo com o lugar de origem, mas porque permite compreender como a mobilidade laboral foi incorporada à construção de seu projeto de vida:

[...] Viajei, mas embora não. Passei um tempo trabalhando, mas volto sempre pro mesmo lugar. A primeira vez que eu viajei foi para Sinop [cidade do Mato Grosso]. [...] Aí quando eu vim de lá fiquei trabalhando em Chapadinha. Aí comecei ficar trabalhando, eu não tive nem estudo por causa disso, por causa de trabalho. [...] Aí eu comprei um terreninho, quero fazer um investimento lá, quero fazer o tanque esse verão lá. Eu quero montar uma irrigação porque pra mim aqui é melhor que na cidade. Cidade é bom por umas coisas, mas por outras é mais complicado (Stênio, 2024, comunidade Areia).

Ao mencionar Sinop, Chapadinha e a comunidade Areia, Stênio (2024) reconstrói uma trajetória organizada pelas oportunidades e necessidades de trabalho. A circulação ampliou os espaços por onde passou, mas ocorreu juntamente com a interrupção de sua escolarização. A afirmação de que “não tive nem estudo por causa disso, por causa de trabalho” (Stênio, 2024) não constitui um detalhe secundário do relato: ela evidencia como a entrada precoce no trabalho pode restringir outras possibilidades de formação e condicionar os caminhos disponíveis aos jovens rurais.

Isso pode ser aprofundado a partir de José Vicente Tavares dos Santos (1978), cuja análise do campesinato da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul evidencia como a entrada precoce dos

jovens no trabalho e o exercício de atividades assalariadas acessórias podia constituir uma aproximação progressiva à condição proletária. Embora situada em uma realidade histórica distinta daquela observada em Buriti, sua contribuição permite compreender que a incorporação dos jovens ao trabalho não representa necessariamente uma ruptura imediata com a condição camponesa, mas pode articular-se a processos de formação da força de trabalho para o capital. No caso analisado pelo autor, o trabalho acessório realizado a partir da juventude funcionava também como uma aprendizagem antecipada da condição de proletário, particularmente para os filhos que posteriormente migravam para as cidades (Santos, 1978, p. 37-39). Essa perspectiva ajuda a interpretar a trajetória de Stênio (2024) para além da necessidade circunstancial de produzir renda, sua entrada precoce no trabalho e a consequente interrupção dos estudos revelam uma tensão entre a reprodução do trabalho familiar e a construção de trajetórias juvenis progressivamente vinculadas ao mercado de trabalho.

A compra do terreno e os planos de construir um tanque e instalar irrigação introduzem outra dimensão desse percurso. Não se trata apenas de voltar ao lugar de origem ou de afirmar uma preferência afetiva pelo campo. O interlocutor procura modificar sua posição diante do trabalho: depois de circular em busca de ocupações fora da comunidade, projeta organizar uma atividade sobre a qual possa exercer maior controle. O terreno aparece, assim, como condição material para produzir e planejar a vida, embora a realização desse projeto dependa também de acesso à água, recursos financeiros, assistência técnica e políticas de apoio.

Essa articulação entre família, trabalho e acesso à terra pode ser aprofundada a partir da contribuição de Alexander Chayanov (1991) para a compreensão da economia camponesa. Para o autor, a unidade familiar organiza sua atividade produtiva a partir da relação entre a força de trabalho disponível, os recursos produtivos e as necessidades de reprodução da própria família, de modo que sua racionalidade não pode ser reduzida à busca pela maximização do lucro. A exploração camponesa procura assegurar a reprodução dos meios de produção e, simultaneamente, obter condições para atender ao consumo anual da família, fazendo com que suas decisões sobre trabalho, terra e produção sejam definidas pelas possibilidades concretas de utilização da força de trabalho familiar (Chayanov, 1991, p. 198).

Essa perspectiva permite compreender a trajetória do interlocutor como um percurso no qual a circulação em busca de trabalho, o retorno à comunidade, a compra do terreno e o projeto de uma

atividade produtiva própria compõem diferentes estratégias de organização da vida familiar. A própria possibilidade de permanecer no campo depende, nesse sentido, da existência de condições materiais capazes de sustentar a reprodução da família. Chayanov (1991) também observa que, diante de recursos fundiários insuficientes, as famílias camponesas podem recorrer ao trabalho fora da unidade agrícola para ampliar seus rendimentos, articulando atividades agrícolas e não agrícolas como forma de enfrentar as limitações de sua reprodução (Chayanov, 1991, p. 101).

Essa perspectiva pode ser ainda complementada pela discussão de Ploeg sobre a condição camponesa, entendida como “uma luta por autonomia e por progresso, como forma de construção e reprodução de um meio rural em um contexto adverso caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação” (Ploeg, 2009, p. 18). Para o autor, essa autonomia se constrói por meio de uma base de recursos autocontrolada, na qual a terra ocupa lugar central, tanto material quanto simbolicamente, articulando-se a conhecimentos, força de trabalho, água e outros recursos necessários à produção e à reprodução familiar (Ploeg, 2009, p. 18-19; Ploeg, 2006, p. 20-21). A compra do terreno por Stênio (2024), acompanhada do projeto de construir um tanque e instalar irrigação, pode ser compreendida nessa direção: mais do que retornar à comunidade, o interlocutor procura reunir condições para organizar uma atividade própria e ampliar seu controle sobre o trabalho.

A experiência de Stênio (2024) desloca, portanto, a questão de por que ele retornou para outra pergunta: quais condições tornam possível transformar o retorno em projeto de vida? O trabalho realizado fora participa desse processo de maneira contraditória, pois contribui para reunir experiências e recursos, mas também interrompe a escolarização e expõe o trabalhador à instabilidade. Permanecer no campo não resulta apenas de vontade ou pertencimento, mas da possibilidade concreta de acessar terra, infraestrutura e meios de organizar o próprio trabalho.

Esse percurso também tensiona a leitura segundo a qual o campo seria apenas um espaço de atraso a ser superado pela migração, pelo progresso urbano ou pela incorporação às formas empresariais da modernização agrícola. Nesse ponto, a discussão de José de Souza Martins ajuda a ampliar a análise. Para o autor, é equivocado tratar a questão da terra como problema residual do passado, a ser resolvido pelo progresso e pelo desenvolvimento urbano inevitáveis, pelo contrário, o problema fundiário integra o conjunto dos processos sociais e históricos que estruturam a sociedade brasileira (Martins, 1994, p. 12-13). Essa perspectiva permite situar a compra do terreno e o projeto

produtivo de Stênio (2024) não como soluções privadas para um problema individual, mas como respostas construídas dentro de uma estrutura em que o acesso à terra, ao trabalho e às políticas públicas continua definindo as possibilidades de vida rural.

Essa leitura se aproxima ainda da discussão de Valadares *et al.* (2016), especialmente quando os autores deslocam a pergunta tradicional sobre por que os jovens saem do campo para outra questão: por que permanecem? Ao criticar a naturalização do êxodo rural e a imagem do campo como espaço de atraso, os autores argumentam que a saída dos jovens não pode ser compreendida como destino inevitável, pois a permanência depende de condições objetivas de acesso à terra, renda, políticas públicas e direitos básicos (Valadares *et al.*, 2016, p. 60-61). A narrativa de Stênio (2024) não oferece uma resposta geral para essa questão, mas mostra que a construção da vida no campo depende da combinação entre acesso à terra, recursos produtivos, políticas públicas e possibilidade de exercer maior controle sobre o próprio trabalho.

Quando solicitado a explicar o que significa ser lavrador, Stênio (2024) não apresenta uma definição abstrata nem recorre a uma categoria jurídica ou administrativa. Ele responde organizando verbalmente o processo de trabalho. Essa forma de narrar é importante porque mostra o esforço de tornar inteligível, para quem pergunta, uma profissão cujo conhecimento nem sempre é reconhecido fora do próprio universo rural:

[Pergunto: Eu queria que você falasse o que significa para ti ser um lavrador] A minha profissão de lavrador é aquele que tem que começar logo da bronca né. Brocar a roça na foice, depois derruba, depois queima, vai cortar, e limpa e cerca e vai plantar. Pra quem não entende, se for anotar e fazer o básico do básico é puxado. É pra quem tem mermo... amor a profissão e pra quem quer viver também. [...] (Stênio, 2024, comunidade Areia).

A sequência formada por “brocar”, “derrubar”, “queimar”, “cortar”, “limpar”, “cercar” e “plantar” funciona como uma explicação pública de sua profissão. Durante a entrevista, Stênio (2024) traduz em palavras um conhecimento geralmente demonstrado pelo fazer. Mais do que provar que possui saber prático, ele procura tornar visíveis as etapas que permanecem comprimidas na designação genérica de “lavrador”. Ao chamar essa atividade de profissão e afirmar que até o “básico do básico” é puxado, o interlocutor reivindica reconhecimento para um trabalho frequentemente situado abaixo das ocupações certificadas ou tecnicamente prestigiadas. O contraste relevante, portanto, não é apenas entre conhecimento camponês e tecnologia empresarial, mas entre formas socialmente desiguais de classificar e conferir valor aos trabalhos e aos sujeitos que os executam.

A utilização da categoria “lavrador”, contudo, não implica uma equivalência imediata com a categoria “camponês”. Abramovay (2007) chama atenção para a necessidade de distinguir as formas de produção de base familiar do campesinato propriamente dito, uma vez que essa diferenciação depende das relações sociais, econômicas e culturais nas quais as unidades produtivas estão inseridas. Para o autor, embora exista uma base familiar comum, as formas de relação com o mercado e com o ambiente social produzem diferenças importantes entre agricultores familiares e camponeses (Abramovay, 2007, p. 34-35). Nesse sentido, a nomeação de Stênio (2024) como lavrador não é tomada aqui como sinônimo conceitual de camponês, mas como uma categoria pela qual o próprio interlocutor se reconhece no trabalho da terra, cuja análise pode ser aproximada da condição camponesa a partir das práticas, relações e formas de organização da vida rural presentes em sua narrativa.

Ao mesmo tempo, a condição de lavrador não deve ser lida apenas como experiência individual de trabalho, mas como posição social historicamente compartilhada por homens e mulheres do campo, atravessada por formas de organização, disputa e resistência coletiva (Novaes, 1997). No Maranhão, essa nomeação² também pode ser aproximada de experiências coletivas de luta no campo, em diálogo com sindicatos rurais, associações comunitárias, pastorais sociais e entidades de defesa de direitos. No Baixo Parnaíba Maranhense, essas articulações aparecem nas mobilizações contra os efeitos da expansão da soja e do eucalipto, reunindo entidades como o Fórum de Defesa do Baixo Parnaíba, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH), pastorais sociais e organizações comunitárias (Carneiro, 2008; Gaspar; Rego, 2008).

A dimensão do conhecimento envolvido nesse trabalho pode ser aprofundada a partir de Woortmann e Woortmann (1997). Ao estudarem a lógica e a simbólica da lavoura camponesa, os autores mostram que o trabalho da terra não pode ser reduzido à sua dimensão econômica ou produtiva, pois envolve formas de classificação, saberes práticos, relações familiares, temporalidades e transmissão de conhecimentos. Essa chave permite compreender não somente que Stênio (2024) possui um saber incorporado ao trabalho, mas também como ele procura torná-lo legível durante a

² Como exemplo da circulação política da categoria no Maranhão, destaca-se o Encontro de Lavradores e Lavradoras do Baixo Munim, realizado em Morros (MA), com participação da Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR), comunidades rurais e Sociedade Maranhense de Direitos Humanos (SMDH). Embora se refira ao Baixo Munim, a edição de 2023 registrou a participação de 11 pessoas do território de Saco das Almas, em Brejo, aproximando essa experiência de uma área vinculada ao Baixo Parnaíba Maranhense. O encontro evidencia o uso da nomeação “lavradores e lavradoras” em experiências coletivas de organização, agroecologia e defesa da terra (SMDH, 2023).

entrevista, recorrendo à ordem das tarefas para explicar aquilo que constitui sua profissão. Ser lavrador, nesse sentido, não significa apenas executar atividades agrícolas; significa dominar uma lógica de relação com a terra que articula técnica, experiência, corpo, família e modo de vida. Essa nomeação, portanto, não designa apenas um fazer agrícola, mas também uma posição social atravessada por pertencimento, organização e ainda resistência coletiva.

A referência ao “amor à profissão” não elimina a afirmação imediatamente anterior de que o trabalho é “puxado”. As duas expressões convivem e mostram que o reconhecimento de si como lavrador não depende da negação do desgaste físico. O “amor” aparece menos como idealização da roça do que como forma de identificação com uma atividade cuja dureza é conhecida por quem a realiza. Stênio (2024) não apresenta o trabalho rural como simples destino herdado, mas como prática que exige disposição, aprendizagem e identificação. Sua formulação permite perceber que permanecer nessa profissão envolve também reivindicar valor para um fazer frequentemente tratado como residual diante das ocupações ligadas à modernização agrícola.

Em seu estudo sobre comunidades rurais, Brandão (1999) observa que o trabalho do lavrador não se reduz à dimensão produtiva ou econômica, pois envolve formas específicas de conhecimento, valores e sensibilidades construídas na relação cotidiana com a terra. Ao discutir o que denomina de “ethos camponês”, o autor destaca que o trabalhador rural, mesmo quando socialmente situado em posição subalterna, atribui valor próprio ao seu trabalho e reconhece no ato de lavrar uma atividade que articula a ação humana e as forças da terra; essa relação adquire ainda maior densidade quando a terra é compreendida como um bem que atravessa gerações (Brandão, 1999, p. 66-67). Ainda segundo o autor, “de todos os trabalhos feitos com a sensibilidade, a inteligência e as mãos, nenhum é mais essencial e também mais sagrado [...] do que o ofício de lavrar” (Brandão, 1999, p. 67). Ainda que carregada de apelo simbólico, a formulação do autor ajuda a compreender que a denominação “lavrador”, tal como aparece na narrativa de Stênio (2024), ultrapassa a mera especificação funcional. Ela expressa uma relação social e cultural com o trabalho da terra, na qual conhecimento, experiência e identificação com o ofício participam da própria maneira como o trabalhador se reconhece e se apresenta.

Essa reafirmação da condição camponesa (Ploeg, 2009) por meio da categoria “lavrador” ganha maior densidade analítica a partir das formulações de Wanderley (2009). A autora argumenta que a mobilidade e as novas articulações dos sujeitos rurais com o universo urbano não significam,

necessariamente, uma “crise do rural” ou a diluição da identidade camponesa, mas constituem dimensões intrínsecas da experiência de quem vive no campo na contemporaneidade (Wanderley, 2009, p. 75, 77). Nessa perspectiva, o pertencimento rural não exige o isolamento. Ao reivindicar o saber prático da roça e o amor à profissão, Stênio (2024) atualiza a condição de lavrador não como um resíduo do passado fadado ao desaparecimento diante da modernização agrícola, mas como uma posição socioprofissional e cultural pautada na busca por autonomia, dignidade e permanência no território (Wanderley, 2009; Ploeg, 2009).

Quando fala dos filhos, Stênio (2024) deixa de narrar apenas a própria trajetória e passa a formular um projeto para uma geração que ainda está em formação. Esse deslocamento exige cuidado: sua fala apresenta as expectativas de um pai, e não antecipa necessariamente as escolhas futuras dos filhos. Ainda assim, permite observar como a sucessão rural é pensada no interior da família, entre o desejo de ampliar oportunidades e a tentativa de manter vivas determinadas referências:

Os meus meninos eu já quero fazer mudança que eu não tive, eu quero mudar neles. Entendeu? Eu tô cultivando eles assim, que nem eu assim, pra eles aprender a fazer o que eu faço. Que é pra quando eles tá lá nos estudos dele, pra lá, se ele quiser estudar, mas ele ir pro estudo, mas saber por onde eles passaram. Porque eu vejo muito aí muito que passa pelo estudo, mas não sabe de nadinha, negócio desse tipo de coisa, de interior. Mora no interior, mas não sabe contar nada. [...] (Stênio, 2024, comunidade Areia).

Quando o interlocutor diz que quer fazer a mudança que não teve, ele atribui à escolarização uma função de ampliação das possibilidades. Já o verbo “cultivar” introduz outra temporalidade: formar os filhos aparece como processo continuado, que envolve convivência, exemplo e participação no cotidiano. Os dois movimentos não são apresentados como excludentes, mas tampouco produzem um futuro completamente definido. Ao dizer “se ele quiser estudar”, Stênio (2024) reconhece, mesmo dentro de suas expectativas, a existência de escolhas que pertencerão aos próprios filhos.

Essa dimensão intergeracional pode ser aprofundada a partir de Brandão (1999), que identifica, nas relações camponesas, formas de reciprocidade em que o trabalho dos filhos junto aos pais se articula à posterior cessão de parcelas de terra ou à transmissão, por herança, da terra trabalhada pela família ao longo dos anos (Brandão, 1999, p. 172). A observação permite compreender a reprodução social camponesa como um processo que envolve não apenas a

continuidade de práticas e conhecimentos, mas também relações entre trabalho familiar, terra e transmissão de bens entre gerações. No caso de Stênio (2024), a ideia de “cultivar” os filhos pode ser lida nessa perspectiva, pois sua preocupação em ensiná-los a fazer o que faz estabelece uma ponte entre a formação das novas gerações e a continuidade de conhecimentos vinculados ao trabalho rural. Essa continuidade, entretanto, não implica a repetição integral da trajetória paterna, uma vez que a própria narrativa reconhece a possibilidade de os filhos estudarem e realizarem escolhas distintas.

Esse horizonte aberto aos filhos se adensa quando confrontado com a análise de Wanderley (2009) sobre a sucessão rural e a reprodução social das famílias agrícolas. A autora destaca que é próprio da dinâmica dessas unidades gerar alternativas profissionais para os filhos não sucessores (seja em atividades agrícolas ou não agrícolas), sem que a saída de parte dos membros configure, por si só, uma crise na reprodução da família (Wanderley, 2009, p. 78). A crise real na sucessão, como alerta a autora, se manifesta quando a extrema precariedade da unidade de produção inviabiliza a transmissão do patrimônio, ou quando a ausência de infraestrutura, educação e oportunidades nos espaços locais força uma migração desamparada dos jovens para grandes centros (Wanderley, 2009, p. 78-79).

No relato de Stênio (2024), o desejo de que os filhos estudem sem perder as referências do trabalho na terra expressa o esforço familiar de afastar essa crise de reprodução, buscando articular a transmissão intergeracional do conhecimento camponês com a escolarização como garantia de autonomia e ampliação de escolhas futuras. O interlocutor deseja que os filhos saibam lidar com animais, reconheçam o trabalho familiar e consigam narrar o lugar onde vivem, sem que isso signifique repetir integralmente sua trajetória. O que ele procura transmitir são referências a partir das quais outras escolhas possam ser realizadas, garantindo que os filhos possam estudar sem que a escolarização transforme o território de origem em um mundo desconhecido.

A narrativa evidencia, portanto, uma tensão constitutiva das disputas de futuro: as gerações adultas procuram criar condições de continuidade, mas não controlam plenamente as formas pelas quais os jovens utilizarão aquilo que recebem. A permanência dependerá não apenas da transmissão de conhecimentos familiares, mas da existência de terra, renda, educação, serviços, autonomia e possibilidade real de escolha. Nesse sentido, sucessão rural não significa reproduzir o passado, mas

tornar possível que as novas gerações decidam sobre sua relação com o campo sem serem obrigadas a sair pela ausência de condições ou a permanecer pela ausência de alternativas.

A trajetória de Stênio (2024) evidencia que as disputas de futuro não se resolvem pela oposição simples entre partir e permanecer. Elas atravessam as condições de acesso ao trabalho, à escolarização, à terra, aos recursos produtivos e à possibilidade de transmitir referências sem determinar previamente as escolhas das novas gerações. Em diálogo com a narrativa de Edivan (2025), sua experiência mostra que o agronegócio disputa tanto a inserção profissional dos sujeitos rurais quanto os sentidos atribuídos ao estudo, ao trabalho e à vida no campo. Enquanto Edivan problematiza os destinos oferecidos à formação técnica e ao trabalho juvenil, Stênio permite observar as condições materiais e intergeracionais necessárias para que outros projetos possam ser construídos. O futuro rural aparece, assim, não como continuidade garantida, mas como campo de escolhas cuja realização depende de direitos, recursos e alternativas efetivas.

Considerações finais

A análise desenvolvida ao longo deste artigo mostra que, em Buriti, a expansão do agronegócio globalizado da soja não incide somente sobre a apropriação da terra e a reconfiguração ambiental, mas também sobre as condições pelas quais sujeitos rurais estudam, trabalham, circulam e projetam o futuro. Ao integrar o município a circuitos ampliados de produção de *commodities*, esse processo reorganiza oportunidades, expectativas e limites vividos pelas populações locais. A globalização materializa-se, portanto, não apenas nos fluxos de grãos, capital, técnicas e informações, mas nas formas desiguais pelas quais diferentes sujeitos conseguem mobilizar o trabalho, o conhecimento e os recursos disponíveis para construir seus projetos de vida.

As trajetórias e interpretações de Edivan (2025) e Stênio (2024), produzidas e analisadas no âmbito da História Oral, não permitem falar pelos jovens rurais em sentido representativo. Como narrativas intergeracionais, entretanto, elas tornam visíveis expectativas, avaliações e tensões formuladas por sujeitos adultos diante do futuro das novas gerações. Na narrativa de Edivan (2025), a comparação entre sua experiência escolar e a situação atual dos jovens revela uma disputa sobre os sentidos atribuídos ao estudo e à participação comunitária. Já a circulação da chamada “turma de pendão” evidencia que a ampliação dos deslocamentos não corresponde necessariamente à

mobilidade social, uma vez que jovens podem percorrer diferentes regiões permanecendo vinculados a trabalhos temporários, expostos e subordinados.

A recusa de Edivan (2025) em empregar sua formação técnica no agronegócio mostra, por sua vez, que o conhecimento profissional não possui uma destinação social previamente definida. Ele pode ser mobilizado por diferentes projetos produtivos e coletivos. Essa possibilidade de escolha, contudo, não está igualmente disponível a todos. A necessidade imediata de renda pode restringir a capacidade de jovens recusarem ocupações precárias ou incompatíveis com seus projetos. O problema não se resolve, portanto, pela valorização abstrata da resistência individual, mas pela existência de alternativas econômicas e institucionais que ampliem os usos possíveis da formação, do trabalho e do conhecimento.

A trajetória de Stênio (2024) permite observar outras dimensões dessa disputa. Sua circulação em busca de trabalho ocorreu juntamente com a interrupção da escolarização, revelando que a mobilidade laboral pode abrir determinados caminhos enquanto restringe outros. A compra do terreno e os projetos de irrigação mostram que organizar a vida no campo depende de condições materiais, infraestrutura e possibilidade de exercer maior controle sobre o próprio trabalho. Ao se definir como lavrador, o interlocutor também reivindica reconhecimento para uma profissão e para conhecimentos frequentemente desvalorizados diante das ocupações associadas à modernização empresarial. Quando fala dos filhos, por fim, Stênio formula expectativas de continuidade, mas reconhece escolhas que pertencerão às novas gerações. Nesse sentido, a tese de Ploeg (2006, p. 40) de que a condição camponesa projeta o futuro a partir do passado ajuda a interpretar essa postura, legar referências do meio rural não implica determinar trajetórias, mas garantir autonomia para que seus filhos redefinam os próprios vínculos com a terra e o trabalho.

A principal contribuição do artigo consiste em deslocar a discussão da oposição simplificada entre ficar e sair do campo para uma questão mais ampla: em quais condições sujeitos rurais podem escolher, estudar, trabalhar, circular e utilizar seus conhecimentos? A presença do agronegócio pode ampliar determinadas possibilidades imediatas de renda e deslocamento, mas também restringir os projetos disponíveis quando se apresenta como único destino moderno, profissional e economicamente viável. As disputas de futuro dizem respeito, portanto, à existência de alternativas efetivas, capazes de permitir que a permanência não resulte da impossibilidade de sair e que a saída não seja provocada pela impossibilidade de construir uma vida digna no campo.

Por fim, a recente institucionalização da Política Nacional de Juventude e Sucessão Rural, por meio da Lei nº 15.178/2025, reforça a urgência deste debate no cenário público brasileiro, indicando que a permanência juvenil exige a garantia de condições materiais, educacionais e territoriais dignas. Mais do que afirmar um destino comum para a juventude rural de Buriti, as narrativas analisadas permitem recusar dois enquadramentos recorrentes: o de que os jovens do campo representariam um resíduo do passado destinado a desaparecer e o de que constituiriam apenas força de trabalho disponível para a expansão das cadeias de *commodities*. Entre a denúncia crítica e a persistência do cotidiano, reafirma-se que o futuro do campo não é um destino dado, mas um horizonte em disputa, construído também nas decisões sobre onde trabalhar, para quais projetos mobilizar o conhecimento, quando retornar e o que transmitir às novas gerações.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3ª ed. São Paulo: Edusp, 2007.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. In: GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (org.). **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias: estratégias de reprodução social. v. 2. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2009. p. 39-66.

ALMEIDA, José Amilton de; BEZERRA, Cristina Simões. Questão agrária: capitalismo e proletarianização rural no Brasil. **Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, [S. l.], v. 16, n. 41, 2018. DOI: 10.12957/rep.2018.36688. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/36688>. Acesso em: 7 set. 2026.

BOTELHO, Raimundo Edson Pinto. **O fetichismo da proletarianização na agricultura**: uma análise da produção de soja em Balsas/MA. 2017. 346 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017. Disponível em: <https://tede.ufma.br/jspui/handle/tede/1917>. Acesso em: 5 set. 2026.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O afeto da terra**: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da Serra da Mantiqueira, em Joanópolis. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999. (Coleção Pesquisas).

BRASIL. Lei nº 15.178, de 23 de julho de 2025. Institui a Política Nacional de Juventude e Sucessão Rural e o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural e altera a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e a Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 24 jul. 2025. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2025/lei-15178-23-julho-2025-797773-publicacaooriginal-175978-pl.html#:~:text=Institui%20a%20Pol%C3%ADtica%20Nacional%20de,20%20de%20julho%20de%202023>. Acesso em: 30 maio 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural: relatório anual 2024-2025. Brasília, DF: MDA, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/assuntos/juventude-e-sucessao-rural/documentos/relatorio-pnjrsr-2-0.pdf>. Acesso em: 30 maio 2026.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. A expansão e os impactos da soja no Maranhão. In: SCHLESINGER, Sergio; NUNES, Sidemar Presotto; CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **A agricultura familiar da soja na região Sul e o monocultivo no Maranhão: duas faces do cultivo da soja no Brasil**. Rio de Janeiro: FASE, 2008. p. 75-145. Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2014/09/5_soja_regiao_sul_e_maranhao.pdf. Acesso em: 6 jun. 2026.

CHAYANOV, Alexander Vasil'evich. **The theory of peasant co-operatives**. Translated by David Wedgwood Benn. London: I.B. Tauris, 1991.

DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais: clima, fome e imperialismo na formação do Terceiro Mundo**. Tradução de Alda Porto. Rio de Janeiro: Record, 2002.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, v. 6, 2003. DOI: 10.51880/ho.v6i0.62. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/62>. Acesso em: 25 mar. 2026.

EDIVAN. **Entrevista V**. Entrevistadora: Anna Karoline da Silva Nascimento. Comunidade/Assentamento Belém, Buriti (MA): acervo pessoal da entrevistadora. 1 arquivo de áudio digital (1 h 56 min 10 s). 28 dez. 2025.

GASPAR, Rafael Bezerra. **O eldorado dos gaúchos: deslocamento de agricultores do Sul do país e seu estabelecimento no Leste Maranhense**. 2010. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Maranhão. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais. 2010. Disponível em: <https://livros01.livrosgratis.com.br/cp149018.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2026.

GASPAR, Rafael Bezerra. **Os gaúchos do agronegócio no Leste Maranhense: estabelecimento e estratégias de reprodução**. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://ppgsa.ifcs.ufrj.br/pesquisa/projetos/3745/os-gauchos-do-agronegocio-no-leste-maranhense>. Acesso em: 17 dez. 2025.

GASPAR, Rafael Bezerra; REGO, Josoaldo Lima. **Mobilização e justiça ambiental: resistência camponesa e as transformações agrárias no Médio Mearim e Leste Maranhense**. Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, BA, 2008. Disponível em: https://anais.abant.org.br/26rba/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2036/rafael%20bezerra%20gaspar.pdf. Acesso em: 6 jun. 2026.

GAÚCHOS descobrem novo eldorado no Maranhão. **Massey Ferguson**. Edição 65: fronteira agrícola. 21 jun. 2002. Disponível em: https://web.archive.org/web/20020621044604/http://www.massey.com.br:80/portugues/campo/e_dicao_65/campo_frenteiraagricola1.asp. Acesso em: 16 jun. 2025.

GUARANÁ DE CASTRO, Elisa. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, [S. l.], v. 7, n. 1, 2009. DOI: 10.11600/rclsnj.7.1.223. Disponível em:

<https://revistaumanizales.cinde.org.co/rllcsnj/index.php/Revista-Latinoamericana/article/view/223>. Acesso em: 30 maio 2026.

HERMETO, Miriam; SANTHIAGO, Ricardo (org.). **Entrevistas imprevistas: surpresa e criatividade em história oral**. São Paulo: Letra e Voz, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: Panorama do município de Buriti (MA). Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?localidade=2102200>. Acesso em: 22 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). MATOPIBA, 2021. Estrutura territorial: MATOPIBA. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/34329-matopiba.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 19 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Uma em cada quatro mulheres de 15 a 29 anos não estudava e nem estava ocupada em 2023. **Agência de Notícias IBGE**, 22 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39531-uma-em-cada-quatro-mulheres-de-15-a-29-anos-nao-estudava-e-nem-estava-ocupada-em-2023>. Acesso em: 30 maio 2026.

LERRER, Débora Franco. Revista Agroanalysis: a trajetória da afirmação do “agronegócio” e de consagração de seus agentes. **Contemporânea**, São Carlos, v. 10, n. 1, p. 273-304, jan./abr. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.4322/2316-1329.137>. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/680>. Acesso em: 30 maio 2026.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Prefácio de Jacques Revel. Tradução de Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: ensaios de uma sociologia da história lenta**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

NASCIMENTO, Anna Karoline da Silva. **Progresso, trabalho e injustiça ambiental: a persistência do desenvolvimento no contexto socioambiental da microrregião de Chapadinha-MA (2000-2025)**. 2026. 277 f. Dissertação (Programa de Mestrado em Sociedade e Cultura) - Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2026. Disponível em: <https://sistemas2.uespi.br/handle/tede/3418>. Acesso em: 2 set. 2026.

NOVAES, Regina. **De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.

PLOEG, Jan Douwe Van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sergio. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre (RS): Editora da URGs, 2006, p. 13-54. 2013

PLOEG, Jan Douwe Van der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. In: PETERSON, Paulo. (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: ASPTA, 2009. p. 17-32. Disponível em: <https://bibliotecadigital.abong.org.br/handle/11465/373>. Acesso em: 7 set. 2026.

PORTELLI, Alessandro. História Oral e Poder. **Mnemosine**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, 2010.

Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/mnemosine/article/view/41498>. Acesso em: 25 mar. 2026.

PORTELLI, Alessandro; JANINE RIBEIRO, Tradução: Maria Therezinha; RIBEIRO FENELÓN, Revisão Técnica: Déa. O que faz a história oral diferente. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 14, 2012. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11233>. Acesso em: 24 jul. 2026.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 15-38.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Colonos do vinho**: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

SASSEN, Saskia. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. Tradução: Angélica Freitas. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2ª ed, 2016.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SOCIEDADE MARANHENSE DE DIREITOS HUMANOS. 39º Encontro de Lavradores e Lavradoras do Baixo Munim. **SMDH**, São Luís, 7 ago. 2023. Disponível em:

<https://smdh.org.br/39o-encontro-de-lavradores-e-lavradoras-do-baixo-munim/>. Acesso em: 6 jun. 2026.

STÊNIO. **Entrevista II**. Entrevistadora: Anna Karoline da Silva Nascimento. Comunidade Areia (Buriti/MA): acervo pessoal da entrevistadora. 1 arquivo de áudio digital (35 min 14 s). 15 set. 2024.

TROIAN, Alessandra; BREITENBACH, Raquel. Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 19, n. 4, p. 789-802, out./dez. 2018. DOI:

<https://doi.org/10.20435/inter.v19i4.1768>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/inter/a/xQRmPSyw4yBzZtXcwnccm3K/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 maio 2026.

VALADARES, Alexandre Arbex; FERREIRA, Brancolina; LAMBAIS, Guilherme Berse R.; MARTINS, Leonardo Rauta; GALIZA, Marcelo. Os significados da permanência no campo: vozes da juventude rural organizada. In: SILVA, Enid Rocha Andrade da; BOTELHO, Rosana Ulhôa (org.). **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília, DF: Ipea, 2016. p. 59-96. Disponível em:

https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dimensoes_miolo_cap02.pdf. Acesso em: 30 maio 2026.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, vol. 17, no. 1, 2009: 60-85. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/308>. Acesso em: 7 set. 2026.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra:** a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1997.